

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N.º 02 DE 2007 – CD, PARA INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM DESTAQUE PARA A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DESSES ESTABELECIMENTOS, A PERMANÊNCIA DE ENCARCERADOS QUE JÁ CUMPRIRAM PENA, A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO, A CORRUPÇÃO, O CRIME ORGANIZADO E SUAS RAMIFICAÇÕES NOS PRESÍDIOS E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÕES PENais – CPICARCE.

Requerimento n.º , de 2007.
(Dos Srs. Carlos Sampaio e William Woo)

Requer a convocação, na qualidade de testemunha, do Senhor **CARLOS ALBERTO NASCIMENTO**, presidente do SINDPOC – Sindicato dos Policiais Civis da Bahia

Senhor Presidente,

Requer a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja convocado, na qualidade de testemunha (intimado), o Senhor **CARLOS ALBERTO NASCIMENTO**, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por ser o mesmo presidente do Sindicato dos Policiais Civis da Bahia e, nesta condição, revestir-se de competência suficiente para elucidar fatos graves envolvendo policiais civis daquele Estado.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado pelo Jornal Tribuna da Bahia, em 10 de setembro de 2007, matéria assinada pela jornalista Silvana Blesa, a polícia civil da Bahia não vem desempenhando adequadamente suas atribuições:

“A polícia baiana tira férias no fim de semana e o resultado são as delegacias abandonadas. A equipe de reportagem da Tribuna da Bahia saiu ontem percorrendo algumas unidades e constatou que as mesmas estavam sem delegados. O Serviço de Investigação (SI), setor policial, que apura os crimes fica também inoperante, com isso as investigações dos crimes são paralisadas, devido a inexistência de um rodízio entre os agentes investigadores.

Geralmente o delegado titular não trabalha nestes dias, mas em algumas unidades até o plantonista costuma faltar. Exemplo disto, na 4ª DP situada em (São Caetano), a delegada Ana Francisca, plantonista, está de férias e a titular

Celina Cássia só trabalha de segunda a sexta. Dentro da unidade ontem só estava presente dois agentes, que registravam as ocorrências, mas o delegado de plantão não se encontrava.

A equipe de reportagem esteve na unidade para colher notícias a respeito do crime que vitimou fatalmente Vívian Ávila Cerqueira de 26, morta a golpes da facadas pelo companheiro Alex Cruz Bispo. Ele foi preso em flagrante e levado para a 4^a DP (São Caetano). O crime aconteceu no bairro do Lobato na madrugada de ontem.

Um agente disse que a ocorrência não tinha maiores detalhes por conta dos delegados não estarem presentes, e o (SI) não ter apurado, por conta de ser final de semana, pois os agentes que aí trabalham não fizeram as diligências nesses dias. O agente disse que não podia autorizar a entrada da equipe da Tribuna da Bahia para conversar com o acusado, sem a permissão dos delegados.

A unidade fica instalada em São Caetano, conhecido como um dos locais mais perigosos da Capital, abrangendo vários bairros. Como não há delegados, se acontecer algum crime a vítima fica ignorada, a não ser que a família compareça na unidade para falar sobre o que aconteceu, foi o que fez a família de Vívian que denunciou o crime. Se o crime acontecesse em via pública, ficaria sem identificação, até segunda-feira, quando a polícia volta a funcionar.

Ontem, na delegacia, onde o número de ocorrência por assassinatos são mais freqüentes, a 12^a (Itapuã), não tinha titular e nem plantonista e pouquíssimos agentes. Na 7^a (Rio Vermelho), nos deparamos também com o abandono do local e nesse caso sem delegados e sem agentes. Somente na 16^a (Pituba) e 9^a (Boca do Rio), havia um plantonista.

Nos finais de semana e feriados são registrados os maiores números de assassinatos e é justamente nestes dias que não há responsáveis pelas apurações dos crimes.

No momento em que o trabalho da polícia vem sendo questionado pela população baiana, com o estado registrando mais de 2.200 homicídios, em oito meses - apenas 14% são elucidados -, os delegados de polícia decidem hoje novamente fazer greve (será a terceira), ou por tempo indeterminado ou paralisações planejadas.

Enquanto isso, a polícia permanece sem pistas sobre os assassinos do aposentado Ciro Bernardes, morto na Pituba, quando saía de uma agência bancária. Igualmente sem solução estão as chacinas do Calabetão (a dona-de-casa Aurina, o filho e o esposo foram executados), do Bairro da Paz (três jovens assassinados) e de Cajazeira, onde pai e filha foram trucidados por um grupo de 8 pessoas.

Com uma assembléia marcada para hoje, às 9 horas, no Hotel Fiesta, os delegados vão decidir pela terceira greve este ano, dessa vez poderá ser por tempo indeterminado ou paralisações programadas. Eles reivindicam um aumento salarial de 200%, num momento em que os policiais civis, representados pelo Sindicato dos Policiais Civis da Bahia, Sindpoc, estão dialogando com o governo na Mesa de Negociação.

Diante da ameaça da greve, o delegado-chefe da Polícia Civil, João Laranjeira, apenas ressalta que "numa democracia a gente tem de saber administrar os conflitos". Segundo ele, as negociações do governo estadual com os delegados estão em curso, podendo alcançar algum resultado até a hora da assembléia.

A presidente da Associação dos Delegados do Estado da Bahia (Adpeb), Soraia Gomes, diz que se opção da categoria for por paralisações temporárias a data para o início do movimento será definida pela direção da entidade. Já ocorrem este ano duas paralisações de 48 horas dos delegados baianos, uma em maio e outra em junho.

A Segunda ocorreu no dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou

Salvador para lançar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC. Já naquela época a associação, ameaçou cruzar os braços por tempo indeterminado.”

Desta forma, a oitiva do presidente do Sindpoc é de extrema significância para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi instituída para investigar a realidade do Sistema Carcerário brasileiro, e, entre outras coisas, a corrupção - que envolve, além de delinqüentes, os responsáveis pela segurança pública que deixam de cumprir com suas obrigações legais e institucionais. Indo mais adiante, para cumprir uma de suas finalidades, qual seja, buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais, consideramos imprescindível que o Sr. **CARLOS ALBERTO NASCIMENTO** compareça perante esta CPI, a fim de esclarecer, justificar ou elucidar os fatos constantes da notícia acima descrita. Este é o motivo pelo qual requeremos a sua convocação para que seja ouvido, na qualidade de testemunha, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Sistema Carcerário Brasileiro, devendo prestar compromisso nas formas do inc. II do art. 36 do RICD e § 3º do art. 58 da Constituição Federal.

Sala da Comissão,

de setembro de 2007.

**Deputado CARLOS SAMPAIO
PSDB/SP**

**Deputado WILLIAM WOO
PSDB/SP**